



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ**  
**Conselho Superior**

**Ata 7/2023 - CONSUP/RE/IFAP**

**8 de setembro de 2023**

**Ata da 33ª Reunião Virtual Extraordinária do Conselho Superior – 2023/IFAP.**

**1.ABERTURA DA REUNIÃO:** Aos dezenove dias do mês de junho de dois mil e vinte três, às nove horas e quatorze minutos, participaram da reunião do Conselho Superior do IFAP, os membros deste Conselho Superior: Marialva do Socorro Ramalho de Oliveira de Almeida – presidente; José Leonilson Abreu da Silva Junior e Victor Hugo Gomes Sales - representante do Colégio de Dirigentes; Juliana Eveline dos Santos Farias e Leila Cristina Nunes representante dos docentes, Telma Adriana Souza Lobato e Felipe Brener Bezerra de Oliveira Técnicos administrativos; José Iguarassu Bezerra Monteiro – Federação do Comércio do Estado do Amapá – FECOMERCIO/SENAC; Márcio Getúlio Prado de Castro – representante da Sociedade Brasileira de Educação Matemática - SBEM Diretoria Regional do Amapá. Cleverton França Vaz - representante dos discentes do Instituto Federal do Amapá – IFAP, Patrick de Castro Cantuária - Instituto de Pesquisa Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá – IEPA, Alan Rodrigues da Silva - Representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amapá – CREA/AP. 1.1. Abertura pelo Presidente do Conselho: A presidente desejou bom dia a todos os conselheiros e também a todos que estavam assistindo pelo canal youtube, agradeceu a disponibilidade dos conselheiros, destacou que a pauta é exclusiva. 1.2.Verificação do Quórum Regimental: A presidente perguntou a secretária, se haveria quórum para iniciar a reunião. A secretária informou que haveria quórum que estavam dez conselheiros, contando com a presidente. 1.3.Justificativas de Ausências: a secretária justificou a ausência do conselheiro Cláudio Alex, estava em reunião do Conif. Conselheiro Victor Hugo, estava participando da reunião do Conif. E a conselheira Telma, estava de férias. A presidente acrescentou que naquela semana estava acontecendo a reunião do Conselho dos reitores da Rede Federal e por isso, não puderam estar presentes o professor Cláudio Alex, e sua suplente professora Nilra Jane. 1.3.Aprovação da pauta: a presidente falou que a pauta era exclusiva, para escolha do cargo de reitor e diretores dos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá 2.0 Expediente. Ordem do dia: Pauta exclusiva: Processo de Consulta à comunidade para o cargo de Reitor e Diretores Gerais dos Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP, 2023-2027 (quadriênio). A presidente falou que essa pauta veio após decisão da última reunião extraordinária, discorreu ao conselheiro Felipe Brener, como conselheira e presidente do Consup, colocou a proposta de levarem a procuradoria, a fim de que ela pudesse se posicionar a respeito das propostas que foram feitas, informou que solicitou a presença do doutor Wagner, desejou boas-vindas. Em seguida esclareceu para que tivessem a ordem necessária e tranquila durante a reunião, que toda e qualquer fala pediu a gentileza dos conselheiros para se inscreverem, e para não se delogarem em demasia foi colocado para para cada conselheiro no máximo dois minutos de fala, e para cada pauta que for aparecendo durante a reunião. Em seguida franqueou a palavra ao doutor Wagner para apresentação do parecer do procurador. Com a palavra o procurador doutor Wagner cumprimentou a presidente, e aos conselheiros. O doutor Wagner, primeiramente discorreu que a interferência deles enquanto procuradoria no processo eleitoral é mínima, sendo só para alguns esclarecimentos ou dúvidas jurídicos que possam surgir no processo, até porque a procuradoria não pode interferir no processo eleitoral, mas como houveram umas questões que não foram dirimidas pelo conselho superior e foram apresentadas três dúvidas pelos conselheiros, eles foram suscitados a se manifestarem. Em seguida falou que duas das questões dizem respeito das prorrogações no prazo para a continuidade do processo eleitoral, falou que nesse sentido pela legislação, entende que se possa prorrogar, desde que esse prazo não ultrapasse os noventa dias, previsto pelo decreto, ou seja, do início da deflagração até o final de noventa dias, se não houver prazo para a prorrogação, infelizmente não se poderá ser concedido essa prorrogação pelo conselho superior. Quanto a outra questão que foi colocada é com relação a startar um novo processo eleitoral, também entendem que o conselho superior possa decidir com relação a esse item, ou seja, se ele entender que não tem prazo para prorrogação, ele cancela o processo eleitoral vigente e dá início ao novo processo eleitoral, aonde nesse novo processo teremos a escolha das comissões, iniciando tudo o que foi feito anteriormente, até o prazo da eleição do diretor de campus que deve ser de noventa dias. Em seguida falou com relação ao parecer encaminhou naquele momento ao Consup. A presidente agradeceu a participação do doutor Wagner, em acolher as dúvidas dos conselheiros e de uma maneira tão célere poder fazer esse parecer. Em seguida a presidente franqueou a palavra ao pleno. Com a palavra a

conselheira Leila, cumprimentou a todos, agradeceu a participação do procurador. Discorreu se ele permite discordar de uma coisa, porque ele falou da questão dos noventa dias, mas que tem também na onze mil oitocentos e noventa e dois, que tem que ter noventa dias para o termino do mandato da atual reitoria, que seriam dois prazos distintos, acredita que reiniciarem o processo é como se estivessem dizendo que cometeu alguma ilegalidade, fora novamente sobre os custos, para fazer um novo processo de votação precisa do deslocamento de todo mundo, da comissão novamente. Em seguida perguntou se podem reiniciar o processo por que que a gente não podem prorrogar por vinte dias, e que foi vinte dias que ela encaminhou em sua proposta, que não verificou que há nenhum ato ilegal nesse contexto. Com a palavra o procurador doutor Wagner, falou que a questão da prorrogação, é porque você possui um prazo final para encerrar o processo eleitoral de noventa dias, se prorrogado por mais dez, quinze ou vinte dias esse processo eleitoral e ultrapassar os noventa dias, você estaria cometendo uma ilegalidade. A conselheira Leila, falou que possuem também o prazo mínimo de noventa dias, novamente na 11.892, antes do término do mandato, esse seria o prazo mínimo. Com a palavra o procurador, falou que entende, mas esclareceu que a questão é ou você continua com o processo eleitoral sem prorrogação e faz a eleição conforme está previsto, frisou que não verifica necessidade de se prorrogar, uma vez que o processo eleitoral, e se aconteceu alguma coisa durante esse processo a culpa foi das comissões, algum erro, mas não verifica para se prorrogar ou se faz um novo processo, frisou que a questão que dos prazos devem ser cumpridos. A conselheira Leila, com a palavra, falou que se recomeçarem novamente, como se estivessem dizendo que cometeram alguma ilegalidades nesses atos administrativos, então se está dentro da legalidade, não verifica porque precisam recomeçar. O procurador falou que não é ele que decide que seria uma questão do conselho. A conselheira Leila, falou que pronto exatamente isso. O procurador respondeu, se prorrogar e passar dos noventa dias, estará cometendo uma ilegalidade. A conselheira Leila, perguntou onde seria a ilegalidade? O procurador respondeu que você possui um prazo para terminar o processo eleitoral e estará descumprindo o que determina o decreto. A conselheira Leila, perguntou se não haveria uma ilegalidade na deflagração das comissões se recomeçarem. Com a palavra o procurador, discorreu que entende porque querem prorrogar, se estão dizendo que o processo eleitoral está todo correto, não entende porque prorrogar, por outro lado, se você quer prorrogar é porque você cometeu alguma irregularidade, e não uma ilegalidade. A conselheira Liela, falou que na verdade a prorrogação é somente porque nesse interstício o mês de Julho onde, possui o período de férias que fica impossível de manterem um processo democrático, onde nem todos possam votar, e que na verdade a prorrogação se dá por conta disso. O procurador respondeu que não pode interferir com relação a isso. A Conselheira Leila, falou que seria exatamente isso a questão da prorrogação, sendo vinte dias, perguntou a ele se ele não acha que daria para o conselho, decidi ao invés de reiniciar o processo. Com a palavra o procurador falou que a questão de você, não ter condições de fazer uma novo processo, porque possui um processo final da reitoria, se você tem um decreto que determina o prazo final para terminar o processo eleitoral, ou seja, de noventa dias, deverá cumprir o que está sendo feito, ou seja realiza o processo eleitoral na data que está designada, se a comunidade não vai aparecer cem por cento ou oitenta por cento, isso é o problema de quando foi iniciado o processo eleitoral. A conselheira Juliana cumprimentou a todos, agradeceu o doutor Wagner pelas considerações, discorreu que enquanto desejam que esse processo ocorra da forma legal, visto que está visto que dá continuidade a um processo para que depois toda essa eleição, toda essa escolha pela comunidade seja cancelada, por conta do não cumprimento dos prazos é totalmente inviável para todos os envolvidos no processo, para toda a comunidade envolvida neste processo. Discorreu que eles enquanto conselheiras estarão prezando pela legalidade do processo, por isso levantaram a proposta de reiniciar o processo para ganhar de novo prazo de noventa dias para finalização da escolha dos representantes. Em seguida pediu aos conselheiros que avaliem a questão de seguirem dentro da legalidade enquanto servidores, enquanto conselheiros no conselho, já foi retirada a nossa dúvida em questão da legalidade, sobre a extensão dos prazos, o qual é seu entendimento desde o início que estariam fazendo as comissões central a trabalhar de forma ilegal, caso a comissão central trabalhasse fora do prazo de noventa dias, frisou que precisam ganhar o mais rápido possível de novo esse prazo, para reiniciar o processo de consulta comunidade. A presidente com a palavra agradeceu a conselheira Juliana, e realizou alguns esclarecimentos. Primeiro que é muito claro o processo na seis mil novecentos e oitenta e se, que possuem noventa dias para cumprirem o processo todo, desde a deflagração até o dia da homologação pelo conselho superior, que não seria pelo processo de consulta, e que o mesmo faz parte dessa caminhada, mas o processo finaliza antes de ser encaminhado para setec MEC no dia da homologação que o conselho superior, da o resultado da escolha. Em seguida fez algumas ponderações, não houve ilegalidade nenhuma, nem a comissão deflagradora, nem a comissão central, cometeu qualquer tipo de ilegalidade, o que houve como bem pontou o doutor Wagner, que está além daquilo que possuem o conhecimento legal, o que houve foi irregularidade no sentido, de se tramitar de maneira adequada esse processo, a comissão central tentou e não verifica essa ação nenhum tipo de intenção ruim, acha que foi falta mesmo de conhecimento, tentou fazer a publicação do edital, sem passar pelo conselho e uma das documentações que vai fazer o regramento de regras para consulta a comunidade para escolha de reitor e diretores gerais, é a resolução, e que a resolução é muito tácita, quem aprova essas regras é o conselho superior, e que possui um lapso temporal muito grande, sendo em especial em uma semana, que tiveram quinta e sexta-feira feriado, por fim discorreu que houve esse erro, e por conta desse erro não tem mais como hoje dar conta desse processo finalizar, porque não tem como fazerem isso, porque deixaria de fora um dos principais atores no processo, que são os alunos e professores que entrarão de férias no meio do ano. Novamente a presidente reiterou o que vem colocando, que não possuem nenhuma ingerência, enquanto conselho em termos de preparar cronograma, o que a comissão deflagradora fez, quando propõe a deflagração e deflagraram cinco meses antes, pensam em possíveis datas. Em seguida a comissão deflagradora na figura do conselheiro José Leonilson, enquanto presidente solicitou ao gabinete que caminhassem ao Tribunal Regional Eleitoral, uma solicitação de urnas para duas datas possíveis vinte e três e vinte e oito. Discorreu que obviamente não era nenhuma determinação, mas caso fosse possível acontecer, o processo de escolha no dia vinte de junho já teriam possibilidade de usar as urnas do TRE, explicou que isso não aconteceu como deveria. Em seguida falou que teve a oportunidade na sexta-

feira, conversar com um grupo de alunos do campus Macapá, em uma conversa muito esclarecedora, e uma das coisas que eles questionaram muito, neste momento a presidente pediu novamente, sabe que o conselho é formado por pessoas idônea, pessoas que tem posturas, que sabem do seu compromisso, mas estava na cabeça dos alunos, que o Consup queria que o processo acontecesse nas férias, que até perguntou, mas quem disse isso a eles ? Frisou que precisam ter muito cuidado, com o que falam, não só por serem do conselho superior, não só por ser de uma comissão central, não só por ser servidores, mas porque todos trabalham em um ambiente educacional, e que devem pautas, as palavras e ações pela verdade, falou que pediu desculpa aos alunos, discorreu que nunca houve nenhuma intenção de se fazer esse processo no período de férias, que lamentava profundamente esse tipo de informação que chegou até eles. Com a palavra a conselheira Leila, falou que se forem prestar atenção novamente, iniciaram o processo no dia oito de maio, mas quando foi que a comissão entregou a finalização da comissão do deflagradora, perguntou ao conselheiro José Leonilson? O conselheiro respondeu que foi no dia trinta e um de maio. A conselheira Leila, falou que do dia oito até o dia trinta e um de maio, ficou com a comissão deflagradora, e quando saiu a portaria da central? O conselheiro José Leonilson, falou que salvo engano dia primeiro ou dia dois de junho. A conselheira Leila, discorreu que na verdade foram quase vinte e quatro dias, na mão da comissão deflagradora, que tiveram para fazer todo esse início, depois passou-se para comissão central, discorreu que acha que precisam fazer uma reflexão que na verdade, eles enquanto Consup cometeram um erro de deflagrar sabendo que nesse interstício teriam o mês de Julho, e não colocar a culpa na comissão central. Com a palavra a presidente, reiterou que ninguém está colocando a culpa em ninguém, pediu para pararem com essa história e gostaria muito que tivessem o devido respeito para falar de qualquer membro do conselho e com qualquer membro da comissão central, ninguém está apontando o dedo para ninguém. Estão avaliando o processo e que houve falhas nesse processo. Em seguida reiterou que no dia três de junho no sábado o edital estava pronto, a comissão central procurou, só que aí começou o problema, destacou se ela estava com edital pronto, a despeito de estar nomeada no dia dois, mas ela já estava com o edital pronto, deveria ter seguido a tramitação do que determina a resolução cento e nove do conselho superior, e isso não aconteceu, frisou para que possam também colocar as coisas como elas de fato aconteceram, e mais uma vez falou a comissão central e todos os membros, nem essa conselheira presidente do Consup, e ninguém do Consup, está olhando para eles como culpados, não há culpas o que há é a responsabilidade que precisa ser sanadas, que precisam efetivamente dar esse norte. Em seguida pediu que qualquer manifestação que seja feita daqui para frente, para não ficarem batendo na mesma tecla, porque senão vão perdendo tempo e não avança naquilo que é importante. Conselheiro José Leonilson, cumprimentou a todos, agradeceu primeiramente ao doutor Wagner por ter esclarecido acredita que essas dúvidas que o doutor Wagner tirou naquele momento, foram justamente os pontos centrais da discussão da reunião extraordinária anterior, retornou um pouquinho mais atrás em relação à data da deflagração. Discorreu que a data da deflagração se deu no dia oito de maio, entretanto ela poderia ser deflagrada até noventa dias, antes do término do mandato da atual gestão, da atual reitora ou o reitor, no caso da professora Marialva que é presidente do conselho. Em seguida falou que salvo, pediu a presidente para tirar uma dúvida, mas que a posse dela aconteceu no dia dezesseis de outubro de dois mil e dezenove, e o decreto de nomeação foi no dia oito de outubro, desta forma contado seja da data da posse, seja do decreto de nomeação, contaria noventa dias para trás. Com a palavra a presidente esclareceu, que os noventa dias devem ser contados, considerando a data do decreto dela, ou seja, que a posse não é computada, e que seu mandato termina no dia oito de outubro, sendo noventa dias contando essa data. Continuando o conselheiro José Leonilson, falou que se forem contar data a data, o prazo máximo para deflagrar do processo eleitoral seria dia oito de julho contando data para trás. Discorreu que as informações de data deflagração se não estaria cometendo ato ilegal, pensa que hoje dia dezenove de junho, ainda possuem prazo, seria só para esclarecer o questionamento da conselheira Leila, porque percebeu que o doutor Wagner se ateve apenas ao prazo de encerramento do processo a partir da data de deflagração, entretanto ele não entrou no mérito de contar a data máxima para deflagrar que seria oito de julho. A presidente agradeceu ao conselheiro José Leonilson e franqueou a palavra a conselheira Leila. Com a palavra a conselheira Leila, discorreu que novamente o prazo é um prazo mínimo, se reiniciam o processo novamente, estarão dizendo que os atos administrativos todos foram ilegais ou que houve irregularidade, e que não verifica isso e que não viu isso também por parte da comissão deflagradora, o Leonilson foi o presidente, os outros colegas que foram nos campi, a Juliana foi em Macapá junto com o representante discente, no Oiapoque também teve o colega Pablo, falou dos dois especificamente, porque foram os dois especificamente, porque foram os dois que ela conseguiu visualizar. Discorreu que os processos ali, pelo pareceu não teve nenhum problema, então se reinicia novamente voltou a dizer, como o próprio procurador falou, talvez não é ilegalidade mas uma irregularidade, então se tem alguma irregularidade gostaria que ela fosse apresentada, porque ela não verifica nenhuma irregularidade, solicitou o parecer também do procurador sobre o que ele falou, o que ele comentou hoje, porque assim parece para ela que está indo totalmente, não ele tá indo né totalmente contra o parecer que ele fez da última do dia onze. Com a palavra a presidente, agradeceu a participação do doutor Wagner, se não houver mais nenhum conselheiro para querer tirar alguma dúvida, com o doutor Wagner, agradeceu mais uma vez a participação dele, e antes da sua saída esclareceu algumas falas da conselheira Leila, porque vão exatamente ao encontro do papel da procuradoria. Discorreu que a procuradoria, a não ser que seja demandada que sempre é a opção da instituição de mandar para a procuradoria para que ela coloque o direcionamento legal, e que o primeiro parecer do doutor Wagner conselheira, não teve absolutamente nenhuma contrariedade a respeito do que ele viu, foi apresentado o edital para ele, ele não trabalhou em cima de cronograma, não trabalhou em cima de prazos, ele não se atende ao fato do mês de julho, ser mês férias, isso não é competência dele, que ele averiguou aquilo que era procedente, tanto é o artigo nono, por exemplo do edital que proibiam os alunos que entraram este ano, que proibiu os servidores que tinham menos de três meses de casa de votar, ele coloca que isso não tinha amparo legal. Discorreu que não teve nada de encontro, não há nenhuma dubiedade de postura da procuradoria quanto a isso, e o parecer vai para todos os conselheiros. Quanto a pergunta da conselheira Leila e demais conselheiros, com relação ao que foi irregular, voltou a dizer parece até cansativo, explicou se possuem a lei

onze mil oitocentos e noventa dois, e o decreto seis mil novecentos e oitenta e seis e a resolução do Consup, deve ser seguido o que está ali. Qual foi a irregularidade que não é uma legalidade, mas que impactou no processo e a comissão central, desconsiderou a resolução do Consup, por isso impactou nos atos, porque ela queria fazer algo, que não estava previsto, houve a irregularidade aí, e essa regularidade atrasou e deu na situação que estão vivendo hoje, voltou a dizer e que falaram tanto, e que sabem quais são os caminhos possíveis, precisam agora tomar as decisões. Com a palavra a presidente abriu a plenária ao pleno para manifestações. Com a palavra a conselheira Leila, voltou a insistir que não possuem ilegalidades ou irregularidades, cancelar esses atos que foram administrativos que foram todos da forma correta, e que não viu irregularidade, faz a entender que o erro realmente foi do conselho então, parece que o erro foi do Consup, porque tiveram o processo chegou, ao que lhe parece foi enviado foi enviado na véspera do último dia útil, na semana do dia oito ou sete. Continuando falou que parece que a portaria saiu dia primeiro, então ficou seis dias nas mãos da comissão, e a comissão passou o documento que pudessem publicar não foi isso? Discorreu que não verifica realmente lhe parece que houve um problema, na verdade do pleno em fazer todo o resto da tramitação, e aí acabam colocando para eles como se eles estivessem irregulares, quer dizer que o próprio Consup diz que estavam irregular, então o que vão justificar, agora quando reiniciar o processo, porque vai precisar de uma justificativa, ela sabe que a presidente falou assim, ah não existe culpado, ninguém está colocando a culpa, mas todas as falas que estão vindo, estão falando que a comissão, mas a comissão central passou seis dias com o documento e os restos dos dias estava com a comissão deflagradora e que ela também não verifica irregularidade, não verifica porque o conselho, eles não verifica realmente porque eles não tem autonomia para poder estender esse processo, não verifica realmente nenhuma irregularidade aí, e que não ficou claro essa questão, que não viu o parecer do procurador, por fim insistiu que gostaria de ver o parecer dele, porque não visualizaram. Com a palavra a presidente agradeceu a conselheira Leila, e falou que sobre essas questões que já haviam sido pontuadas. A secretária informou que o parecer não foi encaminhado, porque estaria aguardando o procurador encaminhar encaminhar a secretaria, assim que ele enviar será disponibilizado. Com a palavra a conselheira Juliana, falou que não se trata de questões de regularidade, explicou que ainda estão regulares que o prazo de consulta ainda está válido, mas que precisam deixar de fora o mês de julho. Discorreu a conselheira que acredita tanto quanto o pleno, não querem que o processo aconteça nas férias em julho, que parte do cronograma de consulta a comunidade teria que ser executado nas férias, campanhas nas férias, que isso é inviável, frisou que isso que eles estão fazendo querendo startar a fim de retirar do período de férias, que o prazo que foi definido naquele período que foi deflagrado, ainda tem a comissão central, mas se tornou inviável se não está exequível, porque todos o Consup, estão de acordo para que não aconteça no período das férias. Continuando falou que não se trata de uma irregularidade ou erro, se trata de avaliar a situação atual que perpassa no mês de julho que é o mês das férias, destacou que essa seria uma forma de legalizarem o processo e o mês de julho não computar como as atividades dentro de um cronograma de processo de escolha. Com a palavra o conselheiro Márcio Prado, discorreu que o motivo de estarem nessa discussão toda, é porque ninguém quer eleições nas férias e o procurado já informou, destacou a conselheira Leila, mesmo com o cronograma que ela mencionou no chat, que foi apresentado que a Fabiana enviou no dia anterior, não tendo nada no período das férias. O conselheiro destacou que o problema desse cronograma apresentado, está constando no período após os noventa dias, assim ocorrerá a ilegalidade. Em seguida falou que o procurador já informou sobre não poder adiar ou postergar não pode nesse período, frisou se manter não tem como porque será feito nas férias em julho que é isso que não querem. O conselheiro falou que por mais que eles queiram fazer agora, não tem como fazer, ah, mas pensaram em postergar vinte dias, e que o procurador já informou que através do parecer dele em que fez a leitura e vai encaminhar, informou que não é possível que precisam cumprir, acha que precisam ser mais objetivos, porque o objetivo da reunião extraordinária, foi porque estavam com dúvida, pelo menos ele estava com dúvida na outra, que agora não tem mais dúvida, porque o procurador já informou que ele entendem mais das leis do que ele. Com a palavra a presidente agradeceu ao conselheiro Márcio. Conselheiro. A conselheira Leila, falou novamente os atos não forem ilegais, discorreu que estão querendo reiniciar novamente um processo e ninguém está dizendo que é o processo nas férias, novamente tanto que não foi só ela que sugeriu isso, o colega o Felipe também chegou a sugerir, que poderiam fazer essa questão da postergação, uma proposta também na reunião passado, quando poderiam de repente fazer essa postergação, ela acredita que precisam na verdade colocar a mão na consciência, verificar e novamente que não estavam dizendo que esse processo estão todos irregulares, se eles acham que o processo está irregular, acredita que poderia novamente colocar só os vinte dias para que pudessem postergar esse processo, discorreu que não verifica a irregularidade, irão reiniciar uma coisa que não teve, nenhum tipo de problema, e vão sim, criar um outro problema, porque terão que reiniciar tudo do zero onde, terão que fazer todas as eleições de novo, comissão central e comissões locais, e isso é um trabalho exaustivo e nas férias. Com a palavra o conselheiro Felipe Brener cumprimentou todos os conselheiros e ao público que estava assistindo pelo canal do youtube, falou para não ficarem circulando em cima do mesmo assunto, que precisam dar encaminhamento, mas antes de mais nada, ele particularmente não vai colocar o Conselho superior em xeque, mas ele compartilha um pouquinho dessa responsabilidade, porque ele não verifica irregularidades, não verifica atos ilegais, mas o que verifica é que houve uma falha, na projeção das datas futuras, quando startaram em oito de maio, porque achavam que seria mais célere o processo da Comissão deflagradora, porém o mês de maio foi repleto de feriados, no início do mês de junho também teve alguns feriados prolongados, no meio da semana, então ele não aponta o dedo como culpado, mas gostaria de compartilhar sim um pouquinho dessa responsabilidade da comissão central que apesar da inobservância de algumas questões cometeu alguns pequenos atos que não deu também celebridade, mas o processo em si, ele passou mais tempo na mão da comissão dessa deflagradora, mas de ante mão ele acredita que precisarão revogar o processo atual, inclusive colocou isso no ofício proposta só que ele colocava lá para aproveitarem as comissões já existente, novamente no processo de consulta só que não com a abertura de votação, e tudo mais, e sim um processo de validação em assembleia que a comunidade acadêmica validasse as comissões novamente para não terem o retrabalho, ele não chegou a ouvir o parecer do procurador sobre a sua proposta, mas acha que já é um entendimento de

todos que realmente prorrogar, estarão sim comentando alguma irregularidade, então vai ter que revogar o processo. Com a palavra a presidente agradeceu ao conselheiro Felipe, discorreu que estaria dando os encaminhamentos e colocou duas situações que ela acha importante para que possam tomar a decisão acertada. Primeiro o cronograma apresentado que foi para os conselheiros ele ultrapassa noventa dias o doutor Wagner deixou muito claro, na reunião para todos que isso não pode acontecer porque vai de encontro ao decreto, que tanto a proposta da conselheira Leila, como a proposta do conselheiro Felipe Brener, elas impactariam nesse aspecto de ilegalidade, daí a questão de não poder ser prorrogado. Discorreu esse conselho não tem autonomia de ir encontro ao que diz o decreto nove mil oitocentos e oitenta e seis. Com relação, mencionou o conselheiro Felipe que acha importante colocar isso também, a questão de manterem as comissões, isso é inviável e o próprio doutor Wagner colocou que a partir do momento que deflagra um novo processo, e a única forma de terem novamente os noventa dias, é deflagrar o novo processo, e que não pode, deve se tornar nulo todos os atos, frisou que o doutor Wagner também pontuou isso. Com relação ao parecer, por isso pediu para que ele viesse, mas ele vai enviar para a secretaria, pois ele não conseguiu finalizar a escrita, e que todos terão acesso, mas em linhas gerais foi o que ele apresentou. Continuando, a presidente falou se prorrogarem este prazo, daí estarão saindo do campo das falhas, a partir daí conselheiro Felipe, ela teria que ficar até o final, daí não teve tempo porque começou errado, nesse aspecto e que esse foi o principal ponto da questão. Continuando voltou a dizer que o Consup, como bem o conselheiro Felipe colocou que não tiveram nesse aspecto, dizerem o que tinha que fazer, mas se o conselho acatar a prorrogação terminarão depois do prazo do prazo de noventa dias, daí não estarão cometendo só uma irregularidade, mas estarão cometendo uma ilegalidade, é isso que precisam dar conta. A presidente falou sobre a importância de entender que deflagrar o processo a palavra processo novamente, mostrar uma falha processual e que não trás nenhum tipo de punição, que isso não é algo ilegal, tanto é que o IFPA, reiniciou o processo deles, se extrapolarem os noventa dias, daí terão essa ação do Consup, vista como uma ilegalidade. Em seguida falou que teriam três sugestões, ou a proposta da Juliana ou a proposta da Leila, ou a proposta do Felipe Brener. Discorreu que a proposta da Juliana e Pablo, tornar sem efeito todos os atos até o momento, que foi colocado pelo doutor Wagner. A proposta da Leila, estender por mais vinte dias, que vai de encontro, que daí sim estragariam o processo todo, é o Consup que homologa, estaria burlando decreto. Ou a proposta do Felipe Brener que seria a manutenção das comissões, mas novamente incidiram na questão dos noventa dias, ultrapassaria o prazo de noventa dias. A presidente destacou que a fala do procurador é o que deve estar escrito no parecer dele. Com a palavra a secretária esclareceu quanto ao tramite do parecer do procurador, explicou que são detalhes que a Controladoria Geral da União exige, que é feito dentro do sistema deles, tomou a liberdade em falar sobre isso, porque às vezes parece que assim, ah só fazer e pronto não, ele tem que emitir o parecer tem que jogar dentro do sistema da CGU, que o acompanhou pela manhã que nem a secretaria recebeu. Informou que o procurador falou que ainda teria que jogar no sistema, que participaria da reunião, e assim que finalizasse enviaria. Frisou que ele não usa sistema do IFAP, e sim o sistema da Controladoria Geral da União Então. Com a palavra a presidente agradeceu a secretária pelos esclarecimentos e mais uma vez agradeceu ao procurador. Com a palavra a conselheira Leila, A conselheira Leila, com a palavra novamente falou que a questão do parecer, porque para ela ele leu o parecer sem receber, que irão votar em cima de uma coisa que não tem parecer, se forem prestar atenção. Continuando falou que não tem ilegalidade, que tem certeza absoluta que não tem legalidade, na proposta que fez em esticar os vinte dias, porque se possuem autonomia para poder anular um processo, que está todo correto, então possuem também autonomia para poder esticar esse prazo em vinte dias, não teve problema nenhum, que também não viu irregularidade, mas se eles quiserem assumir essa irregularidade, porque para ela é o que parece, é que estarão assumindo uma culpa novamente do Conselho, que não startou como deveria startar da forma correta, então terão que justificar, vão anular o processo, porque, por causa disso e novamente só respondendo a fala da conselheira Juliana que não permitiu entendeu, porque ela estava no espaço de fala, discorreu que a proposta dela não era para que fosse nas férias, que nunca foi nunca foi essa proposta, justamente por isso colocaram para esticar para agosto. A presidente agradeceu a conselheira e esclareceu quando tornam sem efeito os atos, e pode colocar bem tranquilamente como explicar isso. Discorreu que simplesmente não consegue finalizar o processo dentro dos noventa dias, por tudo aquilo que já foi pontuado na reunião, a partir do momento que torna sem efeito, todos os atos daquele processo que deflagrou o processo de consulta, eles estão sem efeito ou seja eles não vão ter qualquer tipo de impacto na vida de ninguém. E uma nova deflagração dará uma tranquilidade de seguir com isso, em seguida reiterou aos conselheiros e ao público que estava ouvindo. Se o Conselho optar por prorrogar, aí sim estarão cometendo uma ilegalidade, porque estarão ultrapassando o prazo de noventa dias, em seguida perguntou se a competência do conselho é enorme, esse conselho vai querer cometer uma ilegalidade homologar o processo, que aí sim vai estar viciado, frisou que são essas questões que precisam ser colocadas. Com a palavra a conselheira Juliana, reiterou que estava se exigindo parecer do procurador, mas que ele esteve presente na reunião e todos ouviram a palavra do procurador é ele foi claro que o processo que possuem, tem já possuem ele tá deflagrado ali ainda dentro dos noventa dias, porém não há possibilidade de estender é ilegal estender esse processo, esse cronograma que receberam ele não pode ser executado, porque ele vai ser fora do prazo de noventa dias, então a única alternativa seria trazer o cronograma para dentro dos noventa dias que, já possuem e já está claro que não querem que esse processo aconteça nas férias, então não há irregularidade é a questão de que o Consup entende que não não pode acontecer nas férias, e o procurador também disse que é inerente ao Consup essa questão de poder tornar a portaria sem efeito, isso compete ao Consup é uma questão de competência, discorreu que não entende, porque que a conselheira tenta ainda atrasar mais do processo de consulta a comunidade não reiniciando esse processo imediatamente. A presidente conselheira com a palavra, agradeceu a conselheira, e falou que todas as pautas foram esclarecidas. Informou a conselheira Leila, que qualquer situação que comentou teria total liberdade para se manifestar oficialmente a procuradoria do IFAP, sobre suas pontuações. Em seguida discorreu sobre duas coisas importantes, frisou que a procuradoria esteve esclareceu o que ele falou é o que está no parecer dele. Sobre o parecer dele anterior não incidiu, por isso não foi perguntado e obviamente, ele não foi perguntado obviamente não respondeu nada acerca de

cronograma que ele foi perguntado acerca da ilegalidade que estava ali como regra, mas ninguém pontuou para ele até porque, ele não tem conhecimento disso, de férias do que poderia acontecer, se tivesse sido consultado da questão do tempo, a própria comissão central tivesse pedido para que ele também se preocupasse com o cronograma, com certeza ele teria a mesma manifestação que ele teve naquele momento. Em seguida a presidente falou que se não houvesse mais nenhuma manifestação de nenhum outro conselheiro, que pudessem passar para a votação. Discorreu que seriam três propostas, que o doutor Wagner esclareceu que a única coisa viável das propostas da conselheira Leila e do conselheiro Brenner é que podem seguir uma, outra, desde que essa prorrogação não ultrapasse os noventa dias, tanto na proposta da conselheira Leila, quanto na proposta do Felipe Brenner, ultrapassariam esses noventa dias, por tudo aquilo que já foi colocado ao pleno. Continuando discorreu que o próprio cronograma apresentado pela comissão central, atual ele se não estiver enganada acha que até o dia vinte de agosto, que não tinha certeza, ou seja ele ultrapassaria os noventa dias, essas propostas da conselheira Leila e Felipe Brenner. A proposta da conselheira Juliana e do conselheiro Pablo, é para que possam tornar sem efeito a resolução que deflagrou o processo e comece tudo de novo e passa a contar os noventa dias a partir do que se deflagrar. Em seguida falou que o primeiro passo do conselho é fazer a opção, proposta 1) startar novamente o processo tornando sem efeito todos os atos, frisou aos conselheiros para ficarem tranquilos com relação a isso, que não é nenhuma ilegalidade é uma competência do conselho, em que o conselho pode rever seus atos, e está observando pela fala de todos, reiterado pelo doutor Wagner, que eles não tem prazo suficiente para fechar em noventa dias. Em seguida explicou que o conselho terminando por avaliar isso terá aí como uma primeira proposta, tornar sem efeito o primeiro ato que foram deflagrados, ou seja todos os atos oriundos deixam de existir que isso vai viciar o processo nem trazer nem um prejuízo, sendo a proposta um. A proposta da conselheira Leila, é de permanecer do jeito que está sem ser nas férias, não teria nada nas férias, e o processo iria finalizar pelo menos com quinze ou vinte dias após o período de noventa dias, seria a proposta dois e a proposta dos conselheiro Felipe Brenner, seria de manter as comissões dar sequência, mas essa aí também teriam o impacto na questão do tempo de noventa dias, e não poderiam startar, pediu ao Felipe se estivesse errada para ele corrigi-la, que poderiam deflagrar um novo processo, mas mantendo as comissões, destacou que não podem fazer isso legalmente que o doutor Wagner também colocou, porque a deflagração incidi na anulação dos atos anteriores. Com a palavra a conselheira Leila, discorreu novamente que a proposta dela não estraga o processo, conforme comentário da professora, que não estraga o processo, se podem cancelar, porque não podem estender novamente. Em seguida falou que também não verifica nenhuma ilegalidade na proposta do colega Felipe, quando ele pede para manter as comissões, porque novamente se possuem autonomia para reiniciar o processo, também possuem autonomia para decidir como que ele pode ficar, para que não precisem reiniciar novamente esse processo, porque se reiniciaram o processo, como farão isso? Quando iniciarão os trabalhos? Pediu para verifiquem se não tem também, se não cairão na mesma prerrogativa da questão dos noventa dias. Com a palavra o conselheiro Felipe, discorreu em seu entendimento sobre a sua proposta, na verdade ela só vai começar a ser avaliada, depois de votarem essa primeira pauta de startar novamente. Em seguida explicou que colocou no ofício que a sua intenção é que fosse revogada para recomençar a contagem de noventa dias, no entanto quando montado a comissão deflagradora que vai ser o próximo passo do plano na montagem do novo regulamento, que considerem a possibilidade da consulta a comunidade acadêmica, da permanência da comissão, nos campi onde não foram feita a votação continua novamente, se inscreve os candidatos, porque ele acha muito provável que a comunidade acadêmica, não queira ter o retrabalho e queira que tenha a continuidade das comissões que já foram eleitas, até porque todo mundo já está no final de semestre, está todo mundo um pouco cansado, então pediu para dar continuidade, pediu para votarem nessa primeira proposta e depois quando forem para as outras pautas que terão que discutir ainda na reunião, discutirão melhor. Com a palavra a presidente, para o conselheiro Brenner e aos demais conselheiros, se o Consup considerar uma nova deflagração, isso só pode ser feito se anularem a primeira, e que a anulação conselheiro só pode ser feita de maneira integral, porque se trouxe algum ato da deflagração anterior, estaria considerando a primeira data, não teria como deflagrar mantendo que já está ali ou deflagram tudo, começando tudo de novo, ou o pleno mantém o que está, voltou a dizer só para poderem dar continuidade e passarem a votar. Falou que deflagrando um novo processo estarão reiniciando e vai passar a contar os noventa dias, primeiro passo é esse ou o pleno vota na proposta um que é a deflagrar um novo processo, e tornar sem efeito o que já foi feito, que o Consup possui competência para isso, ou a proposta da conselheira Leila que é ultrapassar o prazo que dos noventa dias porque ele não se mexe no mês de julho, que nunca foi essa intenção de ninguém, ou a proposta do conselheiro Felipe que é deflagrar, mas manter, destacou ao conselheiro Felipe, que só essa questão que não daria para deflagrar mantendo um pedaço, ou deflagra tudo ou não deflagra, não tem essa parte legal de fazer isso, e não fazer. A presidente discorreu que explicou para que os conselheiros terem noção do que que está por trás de cada uma dessas e pela frente também, dessas propostas, deflagrar de novo começa tudo de novo a partir disso, colocarão como será e que poderia ser feita a deflagração durante a reunião, que dependeria do que seria dito ou uma das duas. Em seguida pontou quais seriam as propostas: 1) Deflagrar novamente o processo. Proposta 2) permanecer como está, sem ser nas férias, estendendo o prazo. Proposta 3) Deflagrar o processo, mas deixar que a comunidade opte pelas comissões. Continuando a presidente falou que parecia redundante, mas um esclarecimento necessário, que as propostas dois e três elas vão de encontro ao tempo legal do decreto e a proposta três ela traz um elemento que não tem viabilidade legal, que não pode deflagrar um processo começando só uma parte dele. Em seguida a presidente passou para as manifestações e depois passariam para a segunda pauta do Consup, porque caso deflagrassem naquele dia, se optarem por deflagrar, se irão deflagrar naquele dia, caso optarem pelo segundo como é que será feito isso considerando que estarão indo de encontro uma previsão legal do decreto seis mil novecentos e oitenta e seis, e a última seria deflagrar o processo, mas deixar que a comunidade opte pelas comissões, mas continua incidindo nos noventa dias. A secretária informou que a conselheira Leila. Com a palavra a conselheira Leila, discorreu que quando possui interesse, fazem as reuniões extraordinárias, destacou como fica feio para reiniciar o processo. Consultaram o procurador e tudo, colocaram as opções, mas quando a professora fala já diz assim: ah porque tem

irregularidade na dois e na três, então já dá a entender que só tem uma opção e não te irregularidade novamente, não tem irregularidade nas propostas, se possuem a autonomia para reiniciar esse processo, então possuem também autonomia para estendê-lo, porque não foi feita a consulta ao MEC, ou possuem autonomia também manter as comissões que não teria problema nenhum nisso, o que precisam é ajudar toda a comunidade a aprovar o que tem que ser aprovado, destacou que não receberam o documento. Com a palavra a presidente, falou que estava apenas fazendo seu papel enquanto presidente do Consup, e que precisava esclarecer que sim, que a proposta da conselheira Leila e a proposta do conselheiro Felipe, ambas ultrapassariam o prazo previsto pelo decreto, isso já é uma ilegalidade, e sim é ilegal, e sim o Consup não tem como trabalhar com essa ilegalidade, e que não estaria dizendo que deveriam votar nesta ou naquela, estaria esclarecendo o que cabe em cada proposta. Continuando falou que quando a vão de encontro ao que determina o decreto seis mil novecentos e oitenta e seis, estariam comentando uma ilegalidade, porque estariam contrariando uma regra do decreto que organiza o processo de consulta. Discorreu que estaria muito claro, e perguntou aos conselheiros se poderiam votar? E pediu para se manifestarem pelo chat que não era para votar nas proposta, era para manifestarem, se já podem entrar em votação somente colocar sim. A presidente perguntou se todos haviam se manifestado, a secretária informou que sim. Em seguida a presidente, passou para a votação: proposta 1) dos conselheiros Juliana e Pablo de startar um novo processo ou seja tornar sem efeito todos os anos anteriores e permanecendo o prazo novamente de noventa dias. Proposta 2) da conselheira Leila que é continuar, mas que vai ultrapassar o prazo de noventa dias. Proposta 3) do Conselheiro Felipe Brener, que é a tentativa de se manter a comissão, mas também vai incidir na questão dos noventa dias, em seguida pediu a gentileza para os conselheiros votarem. Após a manifestação dos conselheiros. Proposta 1) tiveram seis votos, proposta 2) teve um voto e proposta 3) um voto. A presidente perguntou se todos haviam votado, com exceção da presidente. A secretaria informou que todos haviam votado com exceção da presidente. Com a palavra a presidente, agradeceu a paciência para que pudessem estar discutindo com a proposta dois, o conselho superior, decide por tudo aquilo que foi exposto em todas as reuniões do pleno sempre muito produtivas, ainda que às vezes cansativas. Em seguida falou que vai tornar sem efeito a resolução que startou o processo de consulta a comunidade no dia oito de maio. E será startado um novo processo, em seguida pediu para ouvir o pleno sobre a decisão em startar o novo processo naquele momento da reunião, pois teriam duas semanas. Falou que foi o que conversou com o próprios alunos na sexta-feira, que eles perguntaram dessa possibilidade, a presidente respondeu a elas, que quem definiria essas datas seria a comissão deflagradora, destacou que deveriam trabalhar nisso. Em seguida a presidente esclareceu a conselheira Telma, que não teria como permanecer a mesma comissão deflagradora, porque o que votou foi para startar um novo processo, então deve começar tudo de novo, frisou que só pode contar noventa dias prezados conselheiros e prezado público, se começar de novo, caso contrário não tem como contar noventa dias. A secretária informou a presidente que a conselheira Leila teve um problema com a internet dela, e está tentando acessar. Em seguida a presidente perguntou ao pleno se ainda startariam ainda naquele reunião o novo processo, e para isso teria que sair do Conselho Superior uma comissão. Em seguida pediu aos pleno que se manifestassem, e que não se prolongasse mais que sua proposta seria que pudessem iniciar o processo deflagrando naquela reunião, falou que gostaria ouvir o pleno e pediu que se manifestassem no chat, e caso fosse aceito fariam a escolha dos novos membros da comissão deflagradora. Continuando a presidente falou que a proposta é para que deflagrem o processo ainda naquele dia. Discorreu que quando conversou com os alunos na sexta-feira é terem do que puder de comissão já iniciada nesses últimos dias de junho que possam fazer, mas a primeira questão deflagrariam processo ainda hoje, pediu manifestações dos conselheiros. Com a palavra o conselheiro Felipe Brener, fez uma observação antes de iniciarem a votação, pediu que ficassem com o calendário na mão, para não terem que deflagrar novamente depois, se deflagrarem naquele dia, quando retornarem do período das férias, já estarão na metade da contagem, estarão com quarenta e cinco dias e o retorno das aulas acredita que seja dia três, se estiver errado alguém o corrige, dia três já estarão com quarenta e seis dias da contagem do processo em andamento, destacou que gostaria de deixar essa informação, para pensem com calma, Com a palavra a presidente agradeceu ao conselheira e falou que se deflagrar o processo naquele dia, que seria dia dezenove teriam até setembro para finalizar os noventa dias dias só para dar essa tranquilidade também, que a sua proposta para que deflagrassem naquele dia porque é possível a comissão deflagradora trabalhar o que for necessário inclusive, pensando na possibilidade de se eleger os representantes dos docentes e técnicos, porque todos estarão dentro do IFAP até o dia trinta e esse esforço com os alunos, considerando que estão em período final de semestre, a comissão deflagradora teria esse tempo só os alunos no início de agosto, desta forma poderia ser feita tanta coisa até lá pela comissão de deflagradora porque porque a gente já vai estar no esforço menor somente voltado para comissão deflagradora, para que somente os alunos, caso não seja viável fazer a seleção, a escolha dos alunos representantes de cada turno manhã, tarde e noite, que isso possa ser feito no início de agosto, porque estarão com um esforço voltados somente para os alunos, porque a comissão dos docentes e técnicos da administrativos podem ser feita nessa fase final do mês de junho, desta forma não perderiam tempo, ganhariam tempo ao mesmo tempo teriam a tranquilidade de fazer somente a escolha dos alunos no início da primeira semana de agosto. Por fim falou que seria uma sugestão, em seguida franqueou a palavra ao pleno, discorreu para não delogarem muito colocou um minuto para cada fala que tiverem sobre isso, e a proposta que ela fez seria essa ou se tiverem outra que apresentem, ou se poderia iniciar a votação e já escolheriam a comissão deflagradora. A presidente em seguida pediu que se manifestassem enquanto a proposta feita de deflagrarem o processo naquele dia, considerando a possibilidade da comissão deflagradora ter até o dia trinta de junho, para fazerem todo encaminhamento locais de servidor de técnicos administrativos, frisou que estaria deixando bem claro qual seria o encaminhamento e no início de agosto para comissão de alunos, qual será um tempo mais tranquilo porque terão a atenção votada somente para a escolha de cada turno dos aluno. Ou se discordarem da proposta que se manifestassem a fim de ser deflagrado naquele dia o processo. Com a palavra a conselheira Leila, discorreu que já teriam muito gente ausente dos campi, e que no Oiapoque já teriam pessoas ausentes, e que não estaria falando de alunos que estaria falando de colegas servidores, como estão colocando só para

alunos, então que se coloque tudo para agosto para iniciar quando estará no retorno. A presidente agradeceu a conselheira Leila, esclareceu que o período de férias dos servidores docentes ele é depois do dia trinta, então legalmente todos os servidores, frisou que não estaria falando com relação aos técnicos, porque os técnicos eles não têm essa existência legal, então todos os servidores estarão presente nos campos até o dia trinta, em seguida mais uma vez pediu a gentileza para se manifestarem com referência a deflagrarem o processo naquele dia. Após a manifestação dos conselheiros a secretária informou que todos haviam se manifestado, que sem o voto da presidente houveram dez votos para que fosse iniciada deflagração naquele dia, e um voto da conselheira Leila, para que tudo seja realizado em agosto. Com a palavra o conselheiro José Leonilson, ressaltou a necessidade de votar se o processo de consulta à comunidade ele se dará, após o resultado em turno único ou em dois turnos, que é uma é uma previsão lá do decreto seis mil novecentos e oitenta e seis. E aí também ressaltou que a comissão deflagradora ela vai constituir um calendário de eleições das comissões locais e comissão central, desta forma eles só conseguem ter de fato essas datas visivelmente, frisou que esse regulamento será apreciado pelo Consup, será votado no Consup, e será observado todos esses pontos de participação do máximo da comunidade, seja docente, discente, e técnico administrativo, porque as comissões locais são constituídas por esse público, em nenhum momento a comissão deflagradora ou o Consup, não vai querer possibilitar o máximo de pessoas participarem. Com a palavra a presidente agradeceu aos conselheiro Jose Leonilson, pelos esclarecimentos, e discorreu que quando fez a proposta deixou bem claro que compete a comissão deflagradora a apresentação das regras do processo de deflagração para a escolha das comissões e dentro desse processo a questão do calendário, destacou que fez a sugestão, mas quem defini isso é a comissão .Em seguida a presidente falou ao pleno que precisavam definir se o processo de consulta a comunidade para escolha do novo reitor e novos diretores gerais será em turno único, que normalmente é em turno único em instituições menores. E a comissão deflagradora ela vai trabalhar com todas essas regras para a escolha das comissões locais e escolha da comissão central, e dentre essas competências está a questão do cronograma, e que a sugestão que ela falou, foi uma sugestão é de conseguirem fazer ainda no mês de junho, considerando que não estarão presentes docentes e técnicos e deixar para início de agosto a comissão local dos alunos, mas que cabe a comissão deflagradora decidir. Em seguida esclareceu ao pleno para se manifestarem se seria um turno ou dois turno, que os demais encaminhamentos será com a comissão deflagradora. Em seguida a presidente abriu a plenária para votação turno único ou dois turnos, e pediu aos conselheiros que se manifestasse. Após manifestações a secretária informou a presidente que por unanimidade foram dez votos para turno único. Com a palavra a presidente informou que o processo de consulta do Instituto Federal do Amapá, será em turno único segundo deliberação por unanimidade pelo pleno do Conselho Superior. Continuando a presidente, solicitou a apresentação dos conselheiros para compor a comissão deflagradora, sugeriu que pelo menos houvesse cinco membros, considerando os diversos campi, que possuem, se for possível ficaria mais fácil para os membros, se organizarem a fim de estarem presentes nas setes unidades, considerando que duas unidades do IFAP, estão presentes em um único espaço físico sendo campus Macapá e a reitoria. Em seguida pediu aos conselheiros que se apresentassem para compor a comissão deflagradora. Com a palavra o conselheiro Felipe Brener, discorreu que aceitaria com uma condicionante, falou que a condicionante seria aquela que ele colocou em seu ofício de proposta, frisou inclusive que terão outra extraordinária para aprovar o regulamento feito pela comissão deflagradora, e no item dois que fala sobre a condução durante a realização das assembleias, que coloquem um item que permita que seja votado em assembleia, porque o que ele propôs dar continuidade das comissões já eleitas, que passem por uma votação em assembleia, se a comunidade considerar a continuidade das comissões eleitas nos campi que isso for acatado em assembleia geral, registra-se a ata, todo mundo assina na lista, a comissão faz a pergunta ao público do presente no auditório e consideram a mesma comissão e assim por diante. Em seguida falou que sua condicionante seria essa, que ele foi se adiantando desse dispositivo no regulamento, porque não vai ferir o noventa dias, porque já começou a ser contado a partir de hoje, e que não será uma votação novamente porém considerando a comissão já eleita. Com a palavra a presidente falou que o entendia, que ele queria a consulta a comunidade. E como conselheiro do Conusp, e ela como conselheira e presidente do Conusp, não podem fazer isso, porque simplesmente startarem um novo processo, e que não verifica cabível legalmente startando um novo processo, permaneça algo daquilo que já foi do processo anterior. E que os mesmos candidatos que foram escolhidos e quiserem se apresentar, poderão ser votado de novo, não tem como justificar em startar um novo processo e permanecer com quem está lá. Discorreu que a comissão deflagradora terá um papel ela vai coordenar o processo de escolha. Em seguida destacou, se os que estão aí que hoje ainda compõem a comissões são locais e a comissão Central quiserem se candidatar, a comunidade vai lá e poderá votar novamente nele, não teria como iniciarem um processo, com algo ultrapassado, frisou que entende a sua preocupação acha super válida, mas estariam novamente entrando no processo de trazer alguma falha para o processo, ou startam ou não startam, e se startou precisam começar tudo de novo e começar tudo de novo é se os professores, técnicos administrativos, os decentes e os estudantes, se quiserem se candidatar novamente, eles irão escolher seus pares normalmente, se essas pessoas se candidatarem quem votou nelas vão continuar votando, talvez tenha até mais adeptos. Em seguida esclareceu que não teria como começar com algo do passado, e a partir daquele dia quando publicarem, ela deixa de existir, que não podem trazer para essa nova comissão. Desta forma a comissão terá o tempo necessário para colocar as regras nesse processo de deflagração, mas trazer o que já existe não podem, porque se não estarão fazendo a mesma coisa, que estamos juntando algum tempo para não fazer, aproveitar algo de um processo que vai ter vai ter os seus atos anulados, que pode trazer um ato anulado para uma nova deflagração. Com a palavra o conselheiro Felipe, discorreu que seu temor é que haja esvaziamento das comissões, visto foi que eles mesmos já estão um pouquinho cansados desse processo que foi difícil de montar e está sendo difícil até de montar a comissão deflagradora, imagina um processo de escolha novamente dessas comissões, quem passou pelo processo sabe a Juliana, Leonilson, Pablo e Cleverton como é cansativo e desgastante. Discorreu que em seu entendimento não seria trazer novamente algo que já tinha se definido, mas trazer a possibilidade de ser votada, que essa comissão continue, mas que ele entende perfeitamente a colocação da presidente. Com a palavra a presidente discorreu ao conselheiro Felipe, que



caberia a comissão pensar nessas lacunas no cansaço. Falou que é preferível se cansarem, preferível se exaurirem do que terem um processo cheio de vícios que não será homologado pela Setec. Mas que prefere fazer isso dentro das normas legais com a devida transparência do que continuar com algo que poderá dar problemas em especial que possa impactar no cronograma. Destacou que cabe a comissão deflagradora pensar nisso, destacou que possuem até setembro e que não quer que comissão deflagradora pense em finalizar com noventa dias, mas quem deve definir isso é a comissão central. Discorreu que possuem a possibilidade em diversos momentos e que a comissão deflagradora terá mais tempo, agora tanto no tanto que se falou para fazer as regras no Conusp, e ao mesmo tempo de apresentar um cronograma que vai encontrar as pessoas reanimadas, que vai encontrar as pessoas vindas de um momento de férias, de tranquilidade, então tudo isso quem vai definir é a regulamentação que será apresentada ao pleno do conselho superior. Em seguida a presidente perguntou a secretária se haviam terminado as manifestações. A secretária informou que os nomes que se manifestaram foram conselheira Juliana, José Leonilson, Cleverton, Felipe Brener e conselheira Telma. Em seguida a presidente pediu a comissão para definirem entre eles quem será o presidente da comissão. Com a palavra o conselheiro José Leonilson, falou que as pessoas que se candidataram se reuniram a tarde, e repassariam o nome a de quem assumirá a presidente da comissão deflagradora a secretária do Consup. 4.0.Considerações Finais: A presidente franqueou a palavra aos que desejassem se despedir e agradeceu a todos pela paciência e serenidade, em especial a saberem que o Conselho ele é apartidário primeiro que não tem eleição no IFAP, que não existe eleição, que existe um processo de consulta a comunidade interna e que devem deixar de lado qualquer paixão, qualquer vontade, qualquer desejo e imbuídos com a vontade de fazer o IFAP crescer cada vez mais, tomando as melhores decisões. Com a palavra o conselheiro Felipe falou que basicamente o trabalho dessa comissão vai atuar em cima da reformulação do cronograma e a comissão anterior já fez um detalhe, um detalhe ou outro no máximo é isso, não poderiam já todo mundo ir para as férias com essa resolução com o regimento aprovado. A presidente discorreu que vai depender da comissão, se até o dia trinta conseguirem apresentarem será chamada uma reunião extraordinária, e coloca a minuta da nova regulamentação e com certeza, vai ter como bases outras que a comissão já deve ter verificado e que segue o processo legal, e podem colocar sem problema nenhum para apreciação do conselho. A conselheira Leila, solicitou o parecer do procurador. Neste momento a secretária informou que ele já encaminhou para a secretaria do Consup, que ainda não teve tempo de enviar. A conselheira perguntou sobre a ata, se estaria liberada até amanhã? A secretária informou que não consegue entregar que iniciou a transcrição da ata da última reunião e finalizando iniciará a ata da reunião daquele dia. A conselheira Leila, solicitou ajuda ao conselheiro Leonilson na qual também não participou, que ele publicizasse com ela como ele fez da outra vez, se possível não sabe se será ele que ficará como presidente, mas quem ficar pediu ajuda aos colegas. A presidente, discorreu a secretaria para solicitar formalmente a comissão central para entregarem todas as atas das suas reuniões para que possam compor o processo que foi cancelado, que isso os exigem todos os passos que foram dados, e que todas as atas precisam estar inseridas todas. **5. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Nada mais havendo a tratar, o presidente deu por encerrada a reunião às onze e seis minutos. E para constar, eu secretária lavrei esta ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelos participantes da reunião. Secretária: Fabiana Neves da Silva. Presidente: Marialva do Socorro Ramalho de Oliveira de Almeida. Participantes: Alan Rodrigues da Silva, Cleverton França Vaz, Felipe Brener Bezerra de Oliveira, José Iguarassu Bezerra Monteiro, José Leonilson Abreu, Juliana Eveline dos Santos Farias, Leila Cristina Nunes, Márcio Getúlio Prado de Castro, Telma Adriana Souza Lobato e Patrick de Castro Cantuária e Victor Hugo Gomes Sales.

Documento assinado eletronicamente por:

- Marialva do Socorro Ramalho de Oliveira de Almeida, PRES. CONS - CONSUP, em 08/09/2023 17:00:17.
- Marcio Getulio Prado de Castro, DIRETOR GERAL - CD0002 - MCP, em 08/09/2023 17:30:03.
- Fabiana Neves da Silva e Silva, Sec\_sup - CONSUP, em 08/09/2023 18:32:59.
- Felipe Brener Bezerra de Oliveira, CS - CONSUP, em 08/09/2023 20:27:13.
- Alan Rodrigues da Silva, Alan Rodrigues da Silva - Conselheiro Titular - Crea Ap (84408731000160), em 11/09/2023 08:08:52.
- Jose Leonilson Abreu da Silva Junior, DIRETOR GERAL - CD2 - PTG, em 11/09/2023 09:40:05.
- Juliana Eveline dos Santos Farias, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 11/09/2023 19:14:17.
- Telma Adriana Souza Lobato, TECNICO DE LABORATORIO AREA, em 12/09/2023 16:56:40.
- CLEVERTON FRANÇA VAZ, 2019140100028 - Discente, em 18/09/2023 12:24:07.
- Patrick de Castro Cantuária, Patrick de Castro Cantuária - 203110 - Pesquisador em ciências da terra e meio ambiente - Iepa (34927285000122), em 19/09/2023 12:30:52.
- José Iguarassu Bezerra Monteiro, José Iguarassu Bezerra Monteiro - Conselheiro Titular - Ifap Reitoria (1), em 24/09/2023 11:51:57.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 26/08/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 69565  
Código de Autenticação: 3c742386fd

